

O regionalismo é uma alternativa? A Aliança dos Estados do Sahel diante na ineficácia da ONU na região

LETÍCIA SERRÃO E
CARLA IASMIN QUEIROZ

Em 2024, 51% das mortes decorrentes do terrorismo ocorreram no Sahel, região semi-árida que atravessa o norte da África, marcada pela convergência de conflitos sociais, políticos e econômicos (Center for Preventive Action, 2025). Tais dissonâncias aludem à Conferência de Berlim (1885), mas a intensificação das tensões remete ao colapso da Líbia, em 2011, com a disseminação de formas de militarismo e contrabando (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2021). No presente, a região enfrenta instabilidades políticas referentes à ascensão de organizações militares ao poder, como o Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MLNA), e o colapso das instituições nacionais, consolidando um cenário de crise generalizada.

As Organizações Internacionais (OIs) surgiram como ferramenta multilateral ao enfrentamento de tais instabilidades do Sahel. A legitimidade das OIs, entretanto, é questionada a partir da multiplicação de conflitos, os quais não são mais contidos pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU), e das alterações no poder global, com ascensão de novos centros de poder que questionam as hierarquias institucionais.

Tendo em vista esse cenário, a presente análise busca compreender as especificidades da crise multilateral e institucional no Sahel – o qual vivenciou a falha MINUSMA e a subordinação a interesses extracontinentais – e como o regionalismo, a partir da Aliança dos Estados do Sahel (AES), fundada por Burkina Faso, Mali e Níger, pode ser uma alternativa.

Breve histórico da crise institucional global

Cristalizadas com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), as OIs são um novo tipo jurídico de ator global em prol de estruturas de cooperação entre os

Estados. Com a construção de compromissos mútuos, canais diplomáticos alternativos e engrenagens à divisão de custos, tais órgãos incentivaram o multilateralismo (Pecequilo, 2016). O multilateralismo, conforme John Ruggie (1992), é a atuação coordenada de três ou mais Estados de acordo com certos princípios. Como tais valores refletem experiências e princípios ocidentais, solidificados pela Carta da ONU, em 1945, tem-se um arranjo à proteção de democracias liberais, livre comércio e supremacia das leis, cujo objetivo absoluto seria a paz e a estabilidade após as Grandes Guerras, com a liderança dos EUA (Raund; Phillips, 2020).

Na adoção dessas normas, há o fenômeno da autonomização das instituições, quando a eficácia institucional consolida o próprio espaço das Ols no sistema, apesar da hegemonia estadunidense na fundação destas (Pecequilo, 2016). À medida que existe o poder residual dos EUA nas instituições, Ostheimer (2020) articula como a erosão das organizações liberais é paralela à rejeição do país às normas do próprio ocidente, ação que se concretiza a partir da ascensão de forças antiliberais, populistas e altamente nacionalistas (Raun; Philipps, 2020).

Conforme Ostheimer (2020), as instituições orientam e criam iniciativas mediante poder político dos países representantes, gerando a dependência do comprometimento voluntário. As rachaduras institucionais dentro do sistema ONU ainda são evidenciadas pelo desenvolvimento de prioridades para ações intervencionistas, que se concentram na China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia (Leppert, 2025; Ostheimer, 2020).

Sob tal ótica, existe um processo de instrumentalização das Ols, principalmente quando se trata de países do Sul Global, com a oposição entre soberania estatal e autonomia institucional e a tensão entre o Estado territorial e a governança global (Pecequilo, 2016). Como as instituições fomentam normas ocidentais, as dinâmicas mencionadas são agravadas quando se afasta do Norte Global e se reconhece a contradição dos modelos propostos, tanto pela submissão dos órgãos a interesses hegemônicos quanto pela divergência entre valores ocidentais e modos culturais específicos.

A ineficácia da ONU no continente africano: a falha da MINUSMA

As missões de paz da ONU possuíram diversas gerações, definidas pela tentativa de sanar problemas próprios de seu tempo. Para tal, a quinta – e atual – geração herdou o cumprimento da paz nos países de atuação (Kenkel, 2013), nomeando-as missões de peacekeeping, ou missões de estabilização, inseridas especialmente em países africanos (Oliveira, 2022). Como meio de diferenciação entre as gerações, a quinta exigiu um maior nível de complexificação, associando-se à atuação de tropas da ONU e de agentes externos (Kenkel, 2013), regionais ou internacionais.

Uma das atuações mais expressivas da ONU nas missões referidas ocorreu na região do Sahel, na República do Mali. Além de ter sido mantido sob dominação francesa, entre o século XIX e a primeira metade do século XX, o país também foi impactado com a divisão arbitrária de suas fronteiras na Conferência de Berlim. Devido à instabilidade na consolidação do Estado-nação, grandes impactos foram – e são – sentidos pela população maliana, como a presença de apenas cerca de 50% da sociedade na população economicamente ativa, causada pela baixa média etária nacional, e a falta de acesso à educação por mais de 60% dos cidadãos com mais de 6 anos (Van der Lijn et al., 2019). Os altos índices de corrupção dentro do aparato político do país africano o configuraram como falho, e, após a crise de 2012, apenas 20% do território era controlado diretamente pelo governo (Van der Lijn et al., 2019).

Diante desse contexto, em 2012, a MLNA nasceu contra o governo maliano, enquanto a omissão estatal, frente à tomada de poder político por grupos rebeldes, levou as Forças Armadas Malianas (FAMA) a organizarem um golpe de Estado. Com o vácuo e a instabilidade da autoridade mais alta do país, a MLNA firmou alianças com a Al Qaeda, que rapidamente tomou controle de múltiplas cidades ao longo do território nacional (Van der Lijn et al., 2019). Sob esse contexto, em abril de 2013, o CSNU autorizou a operação de pacificação no Mali.

Até 2016, a MINUSMA foi considerada uma missão de sucesso, estabilizando a região de maior incidência de

conflitos e diminuindo o número de mortes da guerra civil (Van der Lijn et al., 2019). No entanto, posteriormente, a operação tornou-se perigosa e fatal para os capacetes-azuis, cujo número de mortes foi inferior somente à missão libanesa de 1978. Para Fabiana Firmo (Molina, 2020), os ataques de guerrilha fazem parte essencial para compreender a alta violência da missão, que ao ser associada com forças externas – muito baseadas nas ações de grupos insurgentes –, tentam batalhar contra as forças regulares presentes no território.

Ademais, a presença assídua de tropas francesas trouxe desconfiança à população, que passou a vê-la como uma nova forma de colonialismo (Firmo, 2024). O uso das tropas estrangeiras foi relacionado à propagação de interesses externos, corroendo a visão de respeito à soberania basilar dentro da construção das missões de paz (Kenkel, 2013). Em 2021, o próprio governo do Mali criticou a atuação da ONU dentro do território, alicerçado na prerrogativa de que a MINUSMA não conseguia mais contribuir efetivamente à estabilização do país (Van der Lijn et al., 2019). À época, as tensões acerca da efetividade da operação atingiram seu ápice e o governo do país decidiu se aproximar do Grupo Wagner (Carvalho et al., 2024). A visão estratégica de aproximação dos mercenários ao governo do Mali ocorreu após a retirada oficial das tropas francesas, um marco no afastamento do ocidente e consequente alinhamento com unidades orientais (Vadillo, 2024).

Como resultado de tal aproximação, em 2022, ocorreu a execução violenta de 500 civis em território maliano por parte da FAMA e de aliados do Grupo Wagner, a qual ficou conhecida como “Massacre de Moura”. O Conselho de Direitos Humanos da ONU se posicionou, destacando o grupo mercenário como principal suspeito da violência extrema ocorrida na vila de Moura (UN News, 2023). A ocorrência foi respondida pelo Mali com uma nota oficial negando conduta inadequada dos soldados, bem como anunciando uma investigação contra a ONU, alegando terem sido vítimas de espionagem e conspiração (Carvalho et al., 2024). O evento foi crucial para o encerramento da missão no país, pois a guerra tornava-se cada vez mais complexa e o governo rejeitava a intervenção ocidental no território (Carvalho et al., 2024).

Após mais de 10 anos de atuação, o governo do Mali solicitou oficialmente a retirada da missão em 2023 (Carvalho et al., 2024) por seu um desgaste profundo, motivado pela visão local de que a atuação dos boinas-

azuis se limitava ao auxílio do aparato governamental (Van der Lijn et al., 2019). Segundo Carvalho et al. (2024), o pensamento popular da missão enquanto “apoiador” do governo local criou um ponto de vulnerabilidade dentro da MINUSMA, materializado nos sucessivos ataques aos peacekeepers – resultando em 311 mortos e mais de 700 feridos. Os múltiplos atentados contra os soldados-azuis inviabilizaram a estabilização plena da segurança do país (Carvalho et al., 2024), cristalizando, assim, uma falha na ação da ONU no Mali.

O regionalismo como alternativa: perspectivas e desafios no Sahel

As intervenções ocidentais na África promoveram interesses estratégicos às agendas hegemônicas, o controle da migração e a manutenção do livre comércio, enquanto as políticas baseadas em incentivos – como a imposição de condições à ajuda – intensificaram as relações de dependência entre o Sahel e a Europa (Mahssoun, 2025). Em 2021, os EUA e a França possuíam, respectivamente, 29 e 10 bases militares no continente, cujos relatórios evidenciam a responsabilidade das forças armadas de garantirem o fluxo de matérias primas pelos canais de transporte – a função de gendarme (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2021).

No âmbito das OIs, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi uma das mais ativas no continente, com foco na preservação da paz, de normas democráticas e na prevenção do colapso estatal. Todavia, a legitimidade dessa organização foi questionada com a subordinação da integração política regional à criação de um mercado comum. O G5 do Sahel, fundado pela França, por sua vez, almejava lidar com questões de segurança, mas o intervencionismo extracontinental comprometeu o financiamento e as decisões independentes do órgão. Apesar de serem marcos à cooperação, elas apresentam-se desconectadas das realidades políticas da região (Arhin, 2025).

Ademais, pelo não pagamento de contribuições pelos Estados-membros, o financiamento dependente do subsídio da União Europeia, dos EUA, do Reino Unido e do Banco Mundial restringe a autonomia das OIs. As divisões internas e órgãos sub-regionais no continente também dificultam a atuação conjunta e coordenada, criando vácuos de poder oportunos (Lobakeng, 2017).

Tendo em vista esse panorama, Abu Bakarr Bah reconhece um dilema de segurança glocalizado, no qual a subjetividade nacional – corrupção, má governança e tensões étnicas – está diretamente associada a rivalidades geopolíticas internacionais e ações militares (Mahssoun, 2025). Tal perspectiva evidencia a insuficiência das intervenções armadas, como a MINUSMA, quando não se busca enfrentar desafios socioeconômicos, como pobreza, desemprego e marginalização social. Já que não se tem uma abordagem estratégica e específica às missões na sede da ONU (Ostheimer, 2020), há um processo de homogeneização que suprime regionalismos e inviabiliza uma solução auto-sustentada.

Os conflitos identitários, os sistemas de poder heterogêneos e as lutas por dominação impossibilitam uma solução unilateral às crises políticas e socioeconômicas do continente (Bauer; Ratka, 2020). A reivindicação “soluções africanas para problemas africanos” surge, então, à medida em que líderes locais optam por atuar sem influências externas; possuem um interesse comum pela paz e pela estabilidade regional, além de estarem cientes das dinâmicas locais; e reconhecem a tendência de seletividade do intervencionismo ocidental, que age de acordo com interesses próprios, em detrimento do bem-estar local (Lobakeng, 2017).

A Aliança dos Estados do Sahel (AES), apresenta-se como alternativa à crise de legitimação e à fadiga institucional. Fundada em 2023 por Burkina Faso, Mali e Níger como resposta direta à ameaça de intervenção da CEDEAO no Níger, a organização ilustra a frustração pública com o neocolonialismo francês e com práticas pró-ocidentais das OIs. Com a Carta de Liptako-Gourma, a AES foi determinada como um instrumento de segurança coletiva, com foco na defesa da soberania e no apoio regional, rompendo com a dependência externa e o imperialismo (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2025). Conforme a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, a concepção de que as preocupações de segurança estão alocadas em contextos geográficos regionais, cujas distâncias curtas implicam em ameaças comuns, a AES ilustra a relevância da interdependência nas questões de segurança.

Além de questões militares, a instituição fortaleceu dinâmicas nacionais próprias, como o documento Estratégia Nacional para a Emergência e o Desenvolvimento Sustentável, do Mali. O plano retomou a

Carta de Manden – a constituição do Império Mali –, os códigos legais do Império Massina – que combinavam a jurisprudência islâmica com governança local – e as tradições manuscritas de Timbuktu (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2025).

Todavia, a atuação da AES na atual dinâmica capitalista enfrenta impasses financeiros, pois as economias dos Estados-membros são baseadas em recursos extrativos, com destaque ao ouro e ao urânio, ilustrando uma vulnerabilidade estrutural na qual a cadeia de valor é exterior ao continente africano. Paralelamente, a expansão do terrorismo, aliado à degradação ambiental, intensifica deslocamentos populacionais forçados que direcionam o foco da AES a questões de segurança, em detrimento do desenvolvimento ou enfrentamento de desigualdades internas (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2025).

Considerações finais

Os protagonistas do multilateralismo precisam reconhecer a insuficiência da ONU na resolução de questões dentro do continente africano, cujo território possui traços culturais, históricos e econômicos comuns não englobados pelas organizações tradicionais. As intervenções no Sahel buscaram responder a demandas ocidentais, como o controle das fronteiras e da crise migratória, o que negligenciou necessidades socioeconômicas regionais.

Como a eficácia das organizações liberais depende da ação voluntária dos Estados, a violação de normas e procedimentos por hegemonias não traz tantos riscos, pois a posição deles foi consolidada na fundação das Ols. Como os países mais dependentes são mais vulneráveis às erosões das instituições, a colaboração local, o desenvolvimento sustentável e a cooperação Sul-Sul surgem como alternativa ao multilateralismo, ao construir uma base mais efetiva e culturalmente alinhada à estabilidade do Sahel à longo prazo (Mahssoun, 2025). Ao mesmo tempo, a presença dos líderes da AES na 80ª Assembleia Geral da ONU ilustra como as Ols ainda são úteis como um recurso de poder às relações assimétricas. Na tribuna da ONU, ao denunciar as práticas neocoloniais francesas e reivindicar um fortalecimento do Sul Global, os Estados do Sahel utilizaram o regionalismo dentro do próprio espaço multilateral como instrumento de resistência.

No presente, a AES não deve ser percebida como uma rival

à ordem internacional existente, mas como uma tentativa legítima de integração autônoma dentro dessa ordem. Caso o isolacionismo seja aplicado à AES, o território continuará a ser reduzido a um espaço de disputas geopolíticas, suprimindo as necessidades humanitárias da região.

Referências

ARHIN, C. A. A Theoretical Analysis of Security–Led Integration: The Case of Alliance of Sahel States (AES). **International Journal of Research and Innovation in Social Science**, v. 9, p. 3276–3288, set. 2025. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.47772/IJRISS.2025.909000277>. Acesso em: 3 nov. 2025.

CARVALHO, L.; DUARTE, G. R.; MELO, M. A. Encerramento da MINUSMA no Mali e o futuro das operações de paz de estabilização. **Agenda Internacional**, Lima, v. XXXI, n. 42, p. 7–25, 2024.

CENTER FOR PREVENTIVE ACTION. Violent Extremism in the Sahel. **Council on Foreign Relations**, 2025. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/violent-extremism-sahel>. Acesso em: 6 dec. 2025.

FIRMO, F. F. **A trindade clausewitziana e os desafios do Sahel: entre insurgência, fragilidade e intervenção**. Belo Horizonte: Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), 2024.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. O Sahel em busca da soberania. **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**, n. 91, 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-sahel-alianca-soberania/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Defendendo nossa soberania: as bases militares dos EUA na África e o futuro da unidade africana. **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**, n. 42, jul. 2021. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-42-militarizacao-africa/>. Acesso em: 8 dec. 2021.

KENKEL, K. M. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 122–143, 2013.

LEPPERT, R. How the United Nations is funded, and who pays the most. **Pew Research Center**, 2025. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2025/07/31/how-the-united-nations-is-funded-and-who-pays-the-most/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

LOBAKENG, R. African Solutions to African Problems: A Viable Solution towards a United, Prosperous and Peaceful Africa? **Institute for Global Dialogue**, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep07723>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MAHSSOUN, Y. Beyond Military Responses: An African–Led Approach to Security and Development in the Sahel. **Institute for Research and Policy Integration in Africa**, n. 4, 2025. Disponível

Referências

em: www.researchgate.net/publication/390731072_Beyond_Military_Responses_An_African-Led_Approach_to_Security_and_Development_in_the_Sahel. Acesso em: 3 nov. 2025.

OLIVEIRA, G. C. Missões de estabilização e a virada robusta das operações de paz da ONU. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 9, n. 1, p. 97–125, jan./jun. 2022.

OSTHEIMER, A. E. The Relevance of the United Nations: In a New Era of Global Tensions. **International Reports**, n. 3, out. 2020. Disponível em: <https://www.kas.de/en/web/auslandsinformationen/artikel/detail/-/content/die-relevanz-der-vereinten-nationen-in-einer-neuen-aera-globaler-spannungen-2>. Acesso em: 3 nov. 2025.

PECEQUILO, C. S. **Teoria das Relações Internacionais: o Mapa do Caminho** – estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

RAUN, D.; PHILIPPS, L. The Future of Multilateralism. **International Reports**, n. 3, out. 2020. Disponível em: <https://www.kas.de/en/web/auslandsinformationen/artikel/detail/-/content/the-future-of-multilateralism>. Acesso em: 3 nov. 2025.

ROUGGIE, J. Multilateralism: The Anatomy of an Institution. **International Organization**, n. 46, v. 3, p. 561–598, 1992. DOI: 10.1017/S0020818300027831. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/46544866_Multilateralism_The_Anatomy_of_an_Institution. Acesso em: 6 dec. 2025.

TCHIE, A. E. Y. Generation three and a half peacekeeping: Understanding the evolutionary character of African-led Peace Support Operations. **African Security Review**, v. 32, n. 4, p. 421–439, 2023. DOI: 10.1080/10246029.2023.2237482.

UNITED STATES. Congress. The Crisis in Mali: U.S. Interests and the International Response. House of Representatives – 113th Congress: House Event LC637. **Congress.gov**, s.d. Disponível em: <https://www.congress.gov/event/113th-congress/house-event/LC637/text>. Acesso em: 07 dez. 2025.

UN NEWS. Mali: Independent rights experts call for probe into Wagner Group's alleged crimes. **UN News**, 31 de jan. de 2023. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2023/01/1133007>. Acesso em: 7 dez. 2025.

VADILLO J., C.. **Desafíos a la seguridad en Malí. La presencia del Grupo Wagner [online]**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Grado en Relaciones Internacionales), Universidad Rey Juan Carlos, Madrid, 2024. Disponível em: <https://burjcdigital.urjc>.

Referências

es/server/api/core/bitstreams/695c76c6-b4a1-47cc-baf7-33145f52df96/content. Acesso em: 07 dez. 2025.

VAN DER LIJN, J. et al. **Assessing the effectiveness of the United Nations Mission in Mali (MINUSMA)**. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2019. (Effectiveness of Peace Operations Network – EPON Report 4/2019). Disponível em: <https://effectivepeaceops.net>. Acesso em: 3 nov. 2025.